

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009740-57.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título**  
Requerente: **JOSEFA DE LIMA IBATE ME**  
Requerido: **Barijeans Industria e Comercio de Confecções Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a primeira ré contrato para aquisição de algumas peças de roupas por atacado.

Alegou ainda que posteriormente o negócio foi desfeito tendo em vista alguns contratempos tanto com as mercadorias quanto aos boletos emitidos pela primeira ré. Ao final não recebeu as mercadorias e teve a confirmação da primeira ré que as duplicatas seriam canceladas.

Ressalvou, todavia, que não obstante o cancelamento do negócio e mesmo tendo informado a segunda requerida que o negócio havia sido desfeito foi surpreendida com o protesto indevido das três duplicatas pelo terceiro réu.

Almeja à declaração da inexistência de tal débito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

A primeira ré é Revel

Citada pessoalmente (fl. 122), ela não compareceu à audiência designada, tampouco ofertou contestação e também não justificou sua inércia, reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

No decorrer do feito houve acordo entre a parte autora e a segunda ré (Zechi & Zechi Fomento Mercantil Ltda), homologado pelo juízo à fl.55, pelo que o feito foi extinto em relação a ela.

As preliminares arguidas pelo terceiro réu entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

O documento de fl. 18 representa o contrato firmado entre a autora e a primeira ré, enquanto os de fls. 20/25 demonstram a emissão das duplicatas em face do negócio realizado.

Tendo em vista a revelia da primeira ré aliado ao fato de que o terceiro réu em momento algum impugnou concretamente e especificamente os fatos articulados pela autora, prospera a pretensão exordial para que se declare a inexistência da dívida em apreço.

Solução diversa apresenta-se ao pedido para reparação de danos morais advindos do protesto indevido da duplicatas.

Quanto ao terceiro réu, é incontroverso que encaminhou as duplicatas a protesto porque ele foi objeto de endosso mandato em seu favor.

A propósito do assunto, a responsabilidade do endossatário mandatário rege-se pelo que dispõe a súmula 462/STJ, *verbis*: "*O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário*".

Vê-se, assim, que ficou consolidado o entendimento no sentido de que a responsabilização da instituição financeira, na qualidade de endossatária mandatária para cobrança de títulos de crédito, é excepcional, e não a regra.

A exceção reside na hipótese de conduta culposa do endossatário, hipótese que enseja a responsabilização solidária desta e do sacador do título perante a parte prejudicada pelo protesto indevido.

No caso dos autos, não reputo presente dado concreto que denote que o terceiro réu tenha obrado culposamente ou que tenha de algum modo exorbitado os poderes que lhe foram outorgados pelas outras rés.

Nada de objetivo foi amealhado a esse respeito, de sorte que não se cogita de sua responsabilização pelo evento.

Já quanto à primeira ré, ainda que se admita que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

o protesto injustificado dê margem a dano moral natureza passível de reparação, os documentos de fls. 42/44 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta outras pendências financeiras além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito, as quais não foram impugnadas.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravamento desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Essa orientação aplica-se mutatis mutandis à hipótese dos autos, pouco importando que ela atine a protesto ou que as demais pendências já estariam excluídas à época dos fatos.

Na verdade, em essência a certeza é a de que a autora já por mais de uma vez esteve inscrita perante órgãos de proteção ao crédito por motivos variados, de modo que sua condição peculiar não a habilita ao recebimento da indenização postulada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 29, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de fevereiro de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**